



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



RANKINGS UNIVERSITÁRIOS INTERNACIONAIS - EVIDÊNCIAS GEOGRÁFICAS E ORÇAMENTÁRIAS PARA INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Andrea Felipe Cabello
Universidade de Brasília
andreafc@gmail.com

Denise Imbroisi
Universidade de Brasília
imbroisi@unb.br

Junia Maria Zandonade Falqueto
Universidade de Brasília
jufalqueto@gmail.com

Guilherme Viana Ferreira
Universidade de Brasília
guilhermeviana@gmail.com

June Alves De Arruda
Universidade de Brasília
june.alves@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a classificação de instituições brasileiras de ensino superior em dois dos principais rankings internacionais de universidades: o *QS World University Ranking* e o *The Times Higher Education (THE)*. Para isso, foram avaliadas as restrições metodológicas e como essas restrições afetaram a classificação das universidades do país nesses rankings. Entre 2016 e 2019, 38 brasileiras foram classificadas no QS e no THE, em sua versão global. Devido a restrições metodológicas, a classificação das instituições brasileiras assumiu a característica de patamares, variando de 3 a 5 patamares. Denota-se que a classificação de uma instituição em um patamar mais alto depende de sua proximidade com um mercado de trabalho dinâmico e um orçamento maior, indicando a dificuldade dos rankings de diferenciar de fato qualidade além dessas duas dimensões.

Palavras chave: *rankings*, educação superior, avaliação da educação superior.

1. INTRODUÇÃO

Os *rankings*, indicadores que classificam universidades de acordo com critérios e dimensões considerados relevantes, ganharam importância na última década e as universidades brasileiras não escaparam ao fenômeno. O caso mais antigo de uso sistemático de métricas de classificação é, talvez, o americano, *com rankings* para avaliar suas universidades e programas, como o *US News and Report*, iniciado na década de 1980 (FAUSTO, 2013). No entanto, a partir da década dos anos 2000, motivado por iniciativa de instituições chinesas que tinham o duplo objetivo de se avaliarem em comparação com o resto do mundo e de identificar possíveis parcerias com outras universidades, a publicação de *rankings* globais tomou força (CHARON e WAUTERS, 2008) e hoje, seja sob a forma global, regional ou temática, eles são publicados e acompanhados com frequência, pautando estratégias universitárias.

Ao destacar diferenças de reputação, os *rankings* afetaram todas as Instituições de Ensino Superior (IES) – mesmo instituições antes protegidas pela história, missão ou governança. Bem colocada ou não, com foco internacional ou regional, a IES é constantemente desafiada a alcançar melhores colocações ou a manter a posição já conquistada, o que traz reflexos sobre políticas institucionais e ganhos concretos ou potenciais para as atividades-fim das instituições (HAZELKORN, 2013, MARCOVITCH, 2018; VANZ *et al.*, 2018).

Especialistas em educação superior afirmam que os *rankings* permitem às instituições construir, manter ou melhorar a reputação e o perfil acadêmico nacional e internacional; que estudantes de alto desempenho usam *rankings* para selecionar instituições, especialmente em nível de pós-graduação; que as decisões de *stakeholders* sobre financiamento, patrocínio e recrutamento de empregados são influenciadas pelos *rankings*; e que uma boa colocação proporciona outros diversos benefícios e vantagens. Além disso, os *rankings* da educação superior estimulam o debate sobre a qualidade e o desempenho das universidades, e geraram um grande impacto na sociedade e na internacionalização das instituições (DE FILIPPO *et al.*, 2012; HAZELKORN, 2013, SANZ CASADO, 2015).

Entender o que de fato medem e as limitações de *rankings* nacionais e internacionais é, assim, fundamental para ajustar o desempenho e melhorar o posicionamento das universidades brasileiras (FRANÇA, 2015; SANTOS e NORONHA, 2016). Muitos esforços são feitos para apresentar informação objetiva baseada em números, mas sabe-se que a posição ocupada por cada instituição depende diretamente dos indicadores escolhidos para compor cada um dos *rankings*.

Nessa linha, o objetivo deste artigo é analisar a classificação de universidades brasileiras em *rankings* internacionais, problematizando a inserção em *rankings*, frente aos aspectos metodológicos e vieses analíticos. O artigo se divide em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção discute os aspectos metodológicos dos *rankings* internacionais, enquanto a segunda aborda a sua relação com a estratégia de internacionalização de instituições brasileiras. A terceira seção apresenta nossa metodologia de trabalho e a quarta traz dados e resultados. Por fim, na quinta seção apresentamos nossas conclusões.

2. RANKINGS INTERNACIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A avaliação institucional por meio de rankings internacionais surgiu de uma necessidade de se comparar qualidade entre instituições de contextos nacionais diferentes. O lado positivo dessa comparação seria a busca por uma política de transparência das

universidades frente à comunidade (DILL e SOO, 2005), já que, ainda que seu alcance e escopo informacional possa ser limitado, eles geralmente levam a tentativas de ação para responder aos critérios não considerados satisfatórios (CHARON e WAUTERS, 2008). Nas palavras de Grewal *et al.* (2008, p. 232): “Universities are driven to act like firms in competitive marketplaces, seeking effective competitive strategies¹”.

Apesar dessas consequências positivas, tais indicadores são objeto de diversas críticas. Para Enserink (2007), a escolha de indicadores baseados fundamentalmente na produção científica coloca outras atividades, como ensino e extensão, em posição de menor importância. Segundo Charon e Wauters (2008), os principais questionamentos são acerca da validade de um exercício de comparação tão geral e da necessidade de instrumentos mais sofisticados de avaliação.

Marginson (2014) expande a crítica metodológica ao mencionar a necessidade de critérios como a materialidade (as classificações devem ser feitas com base em questões observáveis do mundo universitário), objetividade (e, portanto, não opção por questionários reputacionais) e o fato de muitas vezes as próprias universidades fornecerem os insumos para os *rankings*, colocando em dúvida a credibilidade dos dados.

Outras críticas dizem respeito à capacidade dos indicadores utilizados pelos *rankings* para medir qualidade, já que os mesmos parâmetros são utilizados para medir atividades de instituições muito diversas (VANZ *et al.*, 2018).

Importante também destacar o Manifesto de Leiden, criado a partir do encontro entre pesquisadores por ocasião da 19ª Conferência Internacional de Indicadores em Ciência e Tecnologia (STI, 2014) com o objetivo de nortear o uso de métricas em avaliação da ciência e coibir abusos do uso de indicadores numéricos. Este manifesto corrobora as críticas já mencionadas e define como princípio que o desempenho deve ser medido de acordo com a missão da instituição, grupo ou pesquisador (VANZ *et al.*, 2018).

Críticas ao uso de *rankings* para classificar universidades foram percebidas também por órgãos governamentais, como a Comissão Europeia, que, em 2009, observou o viés para as *hard sciences*, a falta de ênfase em questões como ensino e extensão e de um olhar mais abrangente para instituições de países diferentes nos *rankings* até então existentes (VAN VUGHT e ZIEGELE, 2011).

Restrições metodológicas afetam *rankings* internacionais de forma mais intensa que os nacionais. Sobre isso, Çakir *et al.* (2015) argumentam que os *rankings* internacionais tendem a utilizar bancos de dados bibliométricos acessíveis globalmente e pesquisas com reputação para desenvolver suas classificações. Em contrapartida, os bancos nacionais, devido ao conhecimento profundo das instituições, tendem a utilizar um conjunto de indicadores mais específicos e abrangentes.

Apesar das críticas metodológicas, das diferenças na escolha das variáveis e pesos atribuídos a elas, Dill e Soo (2005) identificaram, ao analisar uma amostra de cinco *rankings* internacionais, a existência de uma abordagem comum na mensuração. Apesar disso, o fato de ainda dependerem de forma intensa de questionários reputacionais foi objeto de forte crítica, uma vez que se questiona sua validade e capacidade de mensuração dos efeitos relevantes. Grupp e Schubert (2010), analisando indicadores de ciência e tecnologia, atentaram para a

¹ Universidades são levadas a agir como firmas em mercados competitivos, buscando estratégias competitivas. Tradução livre.

sensibilidade desses indicadores para os pesos utilizados, mas suas conclusões podem ser estendidas para *rankings* universitários.

Kaycheng (2015) observou ainda forte correlação entre os diversos critérios considerados individualmente para a construção de cada *ranking* e as consequências disso sobre o *ranking* final – alguns critérios contribuiriam muito pouco e mascarariam, de fato, as dimensões relevantes mensuradas no *ranking*. Analisando os dados das 101 primeiras colocadas no *Times Higher Education World University Ranking 2013-2014*, ele concluiu que pesquisa e citações são as grandes responsáveis pela classificação dessas universidades. Hou e Jacob (2017) também observaram forte poder preditivo para classificação geral das universidades para os critérios publicação em exatas, citação e indicadores de reputação.

Schmoch et al. (2010) defendem uma abordagem multidimensional para mensuração da performance científica, argumentando que não somente a análise quantitativa do desempenho de grupos de pesquisa deve ser considerada, mas também um número adequado de doutores e a contribuições como participações em corpo editoriais e análises qualitativas que mostram as interrelações entre unidades de pesquisa. Segundo os autores, incentivos focados excessivamente em desempenho quantitativo de publicação podem causar distorções que prejudicam a sustentabilidade de longo prazo da estrutura de pesquisa das instituições.

No caso de publicações em outras línguas, Bernasconi (2013) atenta ainda para o uso de bases de dados como a ISI-Thomson Reuters e a SCOPUS que favorecem material publicado somente em inglês e afirma taxativamente: “A educação superior latino-americana é praticamente invisível para o mundo da pesquisa” (BERNASCONI, 2013, p.4).

Schubert e Michels (2013) argumentam ainda que, embora a publicação em periódicos de elite dos Estados Unidos e Reino Unido garantam um bônus adicional “geográfico” em termos de citações, publicações em periódicos em classificações mais baixas nesses países não necessariamente se beneficiam de um bônus de citação por terem sido publicados nesses países de língua inglesa e supostamente maior acesso. Um possível motivo para isso ocorrer é o fato de não se tratar de artigos instigadores de debate internacional (caso o contrário, teriam sido publicados em periódicos mais renomados) e, apesar dessa “irrelevância” internacional, poderiam ser muito importantes para o debate nacional. É o caso, por exemplo, de um assunto intrinsecamente local e que, se o artigo é publicado em um periódico de classificação mais baixa internacional, ele pode não ter a mesma publicidade nacionalmente que teria caso fosse publicado em seu país.

Isso é interessante para a nossa discussão de *rankings*, pois como eles sobreavaliam pesquisa e citações, sem ponderar periódicos nacionais frente aos internacionais (como é o caso do Qualis da CAPES, por exemplo), eles, em verdade, subestimam o impacto da pesquisa nacional de países fora do eixo Estados Unidos-Reino Unido, pois tal pesquisa é mensurada somente por seu impacto internacional quando o impacto (talvez mais) relevante dela se dê nacionalmente, possivelmente até pela natureza do tema. Os resultados de Schmoch e Schubert (2008) apontam que, apesar da existência de correlação parcial entre coautorias internacionais e citações, essas não são um índice adequado de qualidade, questionando assim a busca sem critério por internacionalização da pesquisa, o que reforça a necessidade de análise qualificada de política institucional baseada em *rankings* para se adotar ponderações adequadas.

Complementando esse argumento, Schubert e Sooryamoorthy (2009) analisam os motivos da internacionalização de pesquisa nas relações entre países centrais e periféricos. Listam como motivos, além da falta de fundos para financiamento e a necessidade de inserção

em periódicos de renome internacional para pesquisadores de países periféricos, a existência de algum tipo de benefício local para pesquisadores de países centrais, enfatizando que quanto menos desenvolvido é o sistema científico do país, mais verdadeira para ambos os lados é a noção de acesso ao sistema por meio de parceria. Segundo eles, a pesquisa se torna “*science tourism*” e não cooperação real.

Já Grewal *et al.* (2008) observam grande persistência nas colocações de instituições nos *rankings*, o que indica que a concorrência se dá de forma localizada, com universidades com classificações semelhantes. Além disso, a persistência também indica que quanto mais alta a classificação de uma universidade em um *ranking*, menor tende a ser o efeito de uma melhora em um critério específico sobre sua classificação total. São pertinentes, ainda, outros fatores relevantes, como os contextos nacionais e sociais em que cada universidade classificada se insere e as consequências que uma classificação geral desse tipo teria sobre sua gestão.

Nesse sentido, Deem *et al.* (2008, p. 21) questionam o significado de “*world-class university*”, principalmente em contextos domésticos. Para os autores, “esse conceito pode levar a que se acredite que há uma busca por excelência quando isso de fato não está ocorrendo. Além disso, foca-se excessivamente em critérios internacionais, de modo que o papel das universidades em seu contexto nacional é negligenciado e as publicações de trabalhos científicos em língua inglesa passam ser a busca principal. Os autores argumentam que esse efeito é menos sentido nos Estados Unidos, pois métricas de classificação sempre estiveram presentes, mas em outros contextos como o europeu e o asiático (ou o brasileiro, como é nosso caso), isso implica uma reestruturação de propósito e estratégias. Atentam ainda para a natureza de um jogo competitivo de soma zero, em que é impossível que todas as instituições fiquem bem posicionadas. Argumento similar, mas feito não em tom tão crítico, foi o de Grewal *et al.* (2008), que observam grande persistência nas colocações nos *rankings*, como já dito anteriormente, o que indica que a concorrência ocorre de forma localizada, entre universidades com classificações semelhantes.

A questão da persistência de colocação merece um comentário mais detalhado, principalmente em contextos locais, como o brasileiro. Dado esse fato, em um *ranking* global, nossas universidades estão sendo avaliadas efetivamente em comparação com suas similares. Ou seja, a literatura aponta a possibilidade de *rankings* instigarem uma competição entre pares, entre os “similares”, podendo levar a resultados não desejáveis do ponto de vista social, como no caso de universidades públicas brasileiras – “similares” nesse sentido - que talvez não devessem se engajar nesse tipo de comportamento competitivo e sim em um comportamento cooperativo.

No caso da América Latina, Bernasconi (2013) discute o sentimento de que os *rankings* são “injustos” com a região – ele menciona que nenhuma instituição latino-americana teve classificação entre as 100 primeiras do ranking do THE de 2012 e o Brasil era a 6ª maior economia do mundo, enquanto o México a 14ª.

Lima e Maranhão (2009) observam que a internacionalização tem características diferentes em países centrais e nos periféricos. Ela seria ativa nos primeiros, com instalação de programas e campi no exterior e atração e acolhimento de alunos e professores. Nos periféricos, “a capacidade instalada (recursos materiais e humanos) de oferecer serviços educacionais no exterior, seja envolvendo programas, criação de campi ou instituições, é limitada quando estes países sequer respondem quantitativa e qualitativamente à demanda interna.” (LIMA e MARANHÃO, 2009, p. 586). As autoras atribuem essa hegemonia também no contexto universitário à existência de um sistema consolidado nos países centrais,

o que não é o caso em países onde esse sistema não é acessível nem alinhado ao desenvolvimento.

A má classificação de instituições universitárias latino-americanas também não tem passado despercebida por seus gestores. Em reunião ocorrida em 2012 no México, com o apoio da UNESCO, para discutir como universidades latino-americanas eram avaliadas por *rankings* internacionais, os principais pontos levantados foram: a incapacidade dessas métricas de captar as ‘responsabilidades e funções’ das instituições - “fomentar a democracia, promover a inclusão social e formar uma identidade nacional” em seus contextos locais, como coloca Bernasconi (2013, p. 3). Esse autor ainda afirma que a evolução da maturidade política da região reduz a necessidade de que as universidades exerçam esse papel. Para ele, o problema estaria relacionado mais com a falta de valorização de professores e não tanto com a falta de financiamento indiscriminado à pesquisa², já que esse teria aumentado na América Latina sem produzir os resultados esperados, e reafirma a necessidade de fluência em outras línguas. Ele chama a atenção que a melhoria do posicionamento de instituições asiáticas se deu por uma maior disseminação da língua inglesa entre a população universitária.

3. METODOLOGIA

A análise foi realizada a partir de indicadores comuns a dois grupos de *rankings* universitários de abrangência nacional e internacional: o *The Times Higher Education (THE)* e o *QS University Ranking*. O *Times Higher Education World University Rankings* foi criado em 2004, em cooperação com a empresa britânica Quacquarelli-Symonds (QS), e permaneceram juntos até 2009. Em 2009, após rompimento com o *Times Higher Education*, a empresa passou a produzir seu próprio *ranking*. O *QS University Ranking* é produzido pela Quacquarelli Symonds, empresa britânica especializada em educação e estudos no exterior. A partir da análise desses *rankings*, observou-se que, apesar de *rankings* distintos, as dimensões analisadas são as mesmas, mas com ponderações e critérios diferentes. São elas: ensino, pesquisa, impacto internacional e mercado e inovação.

O peso das dimensões é diferente no ranking global e no latino-americano. A tabela 1 mostra os diferentes pesos para cada um dos grupos de *rankings*:

Tabela 1. Pesos para cada uma das dimensões no THE e no QS no *ranking* global e na América Latina:

Dimensões	Categorias	THE		QS	
		Global	América Latina	Global	América Latina
Ensino	Pesquisa de Reputação Acadêmica	15,00%	15,00%	40,00%	30,00%
	Docente/Estudantes	4,50%	5,00%	20,00%	10,00%
	Docentes com Doutorado				10,00%
	Diplomas de Doutorado/Diplomas de Graduação	2,25%	5,00%		
	Doutorados Concedidos por Docente	6,00%	5,00%		
	Renda Institucional	2,25%	6,00%		
Total		30,00%	36,00%	60,00%	50,00%
Pesquisa	Pesquisa de Reputação Acadêmica	18,00%	18,00%		
	Renda com Pesquisa	6,00%	6,00%		
	Artigos por Docente				5,00%

² Thakur (2007) menciona estratégias governamentais de aliar financiamento a posicionamento em *rankings* internacionais, como o caso da *Performance-based Research Fund* na Nova Zelândia e o *Research Assessment Exercise* no Reino Unido, além de incentivos específicos do governo chinês a universidades que ele acredita alcancem padrões de excelência.

	Artigos por Docente ajustado por tamanho institucional, PPC e diferença de áreas	6,00%	10,00%		
	Citações por Artigo				10,00%
	Citações por Docente			20,00%	
	Citações média ponderado por área, ajustado por país	30,00%	20,00%		
Total		60,00%	54,00%	20,00%	15,00%
Internacionalização	Proporção de Docentes Estrangeiros	2,50%	2,50%	5,00%	
	Proporção de Estudantes Estrangeiros	2,50%	2,50%	5,00%	
	Colaboração Internacional	2,50%	2,50%		10,00%
	Impacto na Internet				5,00%
Total		7,50%	7,50%	10,00%	15,00%
Mercado e Inovação	Renda com Pesquisa proveniente de indústria e comércio	2,50%	2,50%		
	Pesquisa de Reputação de Mercado			10,00%	20,00%
Total		2,50%	2,50%	10,00%	20,00%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria com base no QS e THE. Pesos Vigentes em 2019.

O peso da dimensão ensino é diferente na América Latina e no Brasil em relação aos *rankings* globais: no THE, o peso da dimensão ensino é de 36% em sua versão para a América Latina e 30% em sua versão global; já no QS, o peso no *ranking* global é de 60% enquanto na América Latina é de 50%³. Já em relação à pesquisa, observa-se uma divergência não só em relação a pesos mas também em relação a como as variáveis são consideradas: nos rankings latino-americanos, o peso do volume de publicação é proporcionalmente maior em detrimento do peso de citações (e o peso de citações por artigo em relação ao peso de citação por docente), favorecendo um esforço em quantidade por essas instituições (e observando os limites dos esforços de alcance).

Além dessas divergências, a composição e escolha de indicadores é diferente. Por exemplo, no caso do ranking QS global, o percentual de professores com titulação de doutor não é considerado um indicador relevante de excelência, provavelmente pois não distingue as universidades (já que as melhores universidades do mundo apresentam bons resultados nesse indicador). O THE considera o orçamento, mas dá um peso maior a ele em sua versão América Latina, provavelmente pelas restrições que essa variável impõe às instituições dessa região.

Como dito nas seções anteriores, a dimensão de pesquisa é a mais importante para esses *rankings* e com maior preditivo para a posição de uma instituição em um ranking universitário. Aqui também observamos diferenças de ponderações entre os *rankings* em versões Global e América Latina. A principal diferença é a consideração de número de publicações de forma mais efetiva na América Latina e Brasil e apenas de Citações no mundo – uma percepção de que na América Latina, por restrições como o idioma, a pesquisa ainda precisa ser fomentada em termos de volume e que em instituições mais estáveis a variável relevante relaciona-se de forma mais intensa com seu impacto.

A internacionalização é considerada do ponto de vista de pesquisa – por colaborações internacionais - e por uma população (tanto docentes quanto discentes) diversificada. Na América Latina, o QS ainda considera o alcance na *internet* das instituições universitárias.

³ Há pequenas mudanças de metodologias ao longo do tempo. Considerou-se aqui os pesos e percentuais utilizados na versão de 2019.

Por fim, na dimensão Mercado e Inovação, a mensuração é feita por *surveys* e pelos indicadores de resultado da pesquisa aplicada da universidade. Dois comentários devem ser feitos nesse caso. O primeiro refere-se aos dados dos resultados de pesquisa e renda institucional em geral:

i) deve-se ressaltar que parte desses indicadores é de difícil coleta para instituições públicas brasileiras (como por exemplo, patentes e a renda advinda com a cooperação da indústria) por motivos do ambiente institucional de negócios brasileiro. Além disso, nossos resultados de orçamento são condicionados a decisões políticas e fiscais, no caso de instituições públicas, e tem sofrido bastante nos últimos anos, impactando de forma direta e indireta nas classificações.

ii) Principalmente no caso do QS, que considera o *survey* de reputação de Mercado, mas válido de forma menos intensa para o THE pois ele também tem um *survey* de reputação acadêmica, é a crítica sobre *surveys* quando se considera o alcance deles para país latino-americanos. Esse problema é mais forte no caso do QS por ele ter os dois tipos de *surveys*. Nas seções anteriores, foi vista a discussão da literatura sobre os problemas de se levantar informação por essa forma. No entanto, consideramos que algumas questões metodológicas importantes não foram enfatizadas pela literatura.

No caso do THE, a pesquisa de reputação acadêmica é realizada com cerca de dez mil respostas, em 138 países, com uma distribuição de votos ponderada pela distribuição de pesquisadores de acordo com dados das Nações Unidas. Nessa pesquisa, os pesquisadores que a respondem devem nomear as 15 melhores universidades no seu campo de especialidade tanto de seu país (exceto a sua) quanto de fora. Apenas 5% da amostra é composta de pesquisadores da América Latina.

No entanto, no QS, a pesquisa é um pouco diferente. O pesquisador que responde à pesquisa deve indicar inicialmente o país que tem mais familiaridade – não necessariamente o seu país – e escolher uma área de especialidade. Ele deve então identificar até 10 instituições domésticas em sua área de especialidade (exceto a sua) e até 30 instituições internacionais, somente na região do país em que tem mais familiaridade. Sob esse tipo de restrição, a chance de uma instituição latino-americana aparecer em um ranking internacional bem classificada é baixíssima: ela já parte de um patamar baixo por todos os outros critérios que estruturalmente já a deixam em uma situação desfavorável, mas aqui percebe-se que o próprio instrumento a penaliza. Explica-se: se uma instituição latino-americana tem fortes laços com pesquisadores europeus (ou asiáticos), por exemplo, esses pesquisadores não podem citá-la nesse tipo de pesquisa. O mesmo vale para a pesquisa sobre o mercado de trabalho. Isso significa que esse tipo de *survey* envia negativamente a reputação acadêmica e de mercado de trabalho de instituições latino-americanas ao fazer perguntas dessa forma restrita. Dado o peso considerável desse tipo de variável no QS, onde esse problema é evidente (50%), questiona-se a validade estatística desse tipo de classificação.

Os dados para essa análise foram extraídos dos *rankings* QS e THE em sua versão global entre 2016 e 2019. A classificação em um *ranking* internacional é um processo associado a dois fatores: instituições de excelência geralmente são classificadas (dado que para figurarem entre as 1000 melhores do mundo devem ser de excelência) e a instituição deve estar disposta a fornecer informações adequadas para essa classificação precisa. Quase 87% do total de 38 instituições brasileiras classificadas nesses dois *rankings* são públicas.

4. RESULTADOS

A classificação das instituições brasileiras nos *rankings* globais segue um perfil de patamares, principalmente no THE – há três ou quatro patamares distintos, dependendo do ano. Um patamar seria uma posição em torno da qual um conjunto de instituições brasileiras se aglomera, provavelmente porque o indicador não é sensível o suficiente para diferenciá-las frente às instituições internacionais. A Tabela 1 mostra o número de patamares observados nas classificações das instituições brasileiras em cada *ranking* por ano. Consideramos um indicador de posição para facilitar a comparação de um ano para o outro, definido por:

$$\text{Indicador de Posição} = 1 - \frac{\text{Posição da Instituição}}{\text{No. de Instituições no Ranking no Ano}}$$

Essa classificação por patamares é consequência da própria forma de classificação dos *rankings* – a partir de determinada classificação eles divulgam apenas as instituições em grupo, por exemplo, 801-1000, sem indicar a posição específica. Por trás dessa escolha está a premissa de que as diferenças entre a 801ª e a 1000ª posição são pequenas demais para serem consideradas.

Tabela 2. Número de patamares observados nas classificações das instituições brasileiras em cada *ranking* por ano.

Ano	QS			THE		
	Patamares	Instituições Brasileiras	Total de Instituições	Patamares	Instituições Brasileiras	Total de Instituições
2019	4 ou 5	22	1000	4	36	1258
2018	4	22	959	4	32	1103
2017	4	22	916	3	27	981
2016	3	22	891	3	17	800

Fonte: Elaboração Própria com base no QS e THE..

Comprova-se, para o caso brasileiro, a conclusão da literatura especializada internacional de persistência nas colocações e de “concorrência” localizada. Em outras palavras, *rankings* internacionais, aparentemente são capazes de classificar nossas instituições em poucos grupos, mas a classificação individual (ou até mesmo a comparação intragrupo) perde o sentido – tanto que o grande motivo desses patamares é que a partir de determinada classificação, geralmente o 500º lugar, o *ranking* nem mais indica a classificação individual e sim agrupa instituições com classificações próximas, o que sugere que reconhecem sua incapacidade de diferenciar localmente universidades semelhantes. Nossa análise aponta que a mudança de patamar somente ocorre por meio de mudanças acentuadas de classificação.

O número de patamares entre as instituições brasileiras tem aumentado ao longo dos anos, como mostra a Tabela 1. Inclusive, a configuração de patamares talvez esteja se desfazendo no caso do QS, o que sugere algumas possibilidades: i) o esforço das instituições brasileiras de reportar informações mais precisas e em participar de forma crescente nos *rankings*, o que permite uma maior diferenciação entre elas; ii) um esforço das organizações mantenedoras de *rankings* em diferenciar essas instituições, ao classificar cada vez mais instituições brasileiras e de criar *rankings* complementares, como o da América Latina, dos

BRICS e dos Mercados Emergentes, que reconhecem as dificuldades locais e permitem uma melhor análise das informações reportadas; iii) um aumento no total geral de instituições classificadas, com a entrada de muitas instituições asiáticas, por exemplo, de modo que a classificação das instituições brasileiras se torna mais dispersa ao longo do contínuo de classificações.

É interessante observar, no entanto, que apesar de um número crescente de instituições novas sendo classificadas, o número de instituições brasileiras classificadas não caiu e, exceto por casos eventuais de uma instituição não ser classificada em um ano⁴ mas retornar à classificação daquele ranking no seguinte, nenhuma instituição brasileira parece ter deixado de ser classificada de forma permanente. Isso sugere que a qualidade da Educação Brasileira, principalmente das instituições públicas de Educação Superior, é de excelência e consistentemente reconhecida no exterior.

A partir das análises apresentadas, pode-se consolidar essas informações no quadro 1, que apresenta as instituições brasileiras distribuídas por patamares de classificação nos *rankings* QS e THE no período de 2016 a 2019.

Quadro 1: Instituições brasileiras por patamares de classificação⁵.

ALTO	MÉDIO-ALTO	MÉDIO-BAIXO	BAIXO			
USP	Puc-Rio	UnB	<u>UFC</u>	UFLA	UFSM	UNIOESTE
UNICAMP	UNIFESP	UFPEl	<u>UFPR</u>	UECE	UFU	Puc-RS
UFRJ	UNESP	UFSCAR	<u>UFPE</u>	UEL	UFV	UFRN
	UFRGS	UFSC	<u>UFBA</u>	UEM	UEPG	
	UFMG		<u>UERJ</u>	UFF	Unisinos	
			<u>Puc-PR</u>	UFPA	UTFPR	

Fonte: Elaboração Própria com base no QS e THE.

As instituições com cujos nomes apresentam linhas acima e abaixo indicam que a posição dessa instituição se encontra no limite do patamar superior e inferior, respectivamente. Abaixo, descrevemos os casos apontados, detalhando os diferentes significados:

- UFRJ (patamar Alto, limite inferior): a UFRJ é, principalmente nos *rankings* em que se evidenciam menos patamares, classificada de forma similar à USP e à Unicamp, mas quando há uma maior diferenciação ela surge em uma classificação inferior a essas instituições.
- UNIFESP (patamar Médio – Alto, limite superior): A UNIFESP é comumente classificada em um segundo patamar, mas tem mostrado uma tendência de melhora na sua classificação ao longo do tempo analisado.
- UFSC (patamar Médio – Baixo, limite inferior): A UFSC começou sua classificação no grupo Baixo e conseguiu de forma consistente migrar para o grupo seguinte.

⁴ A instituição pode não reportar informações em um dado ano, por exemplo.

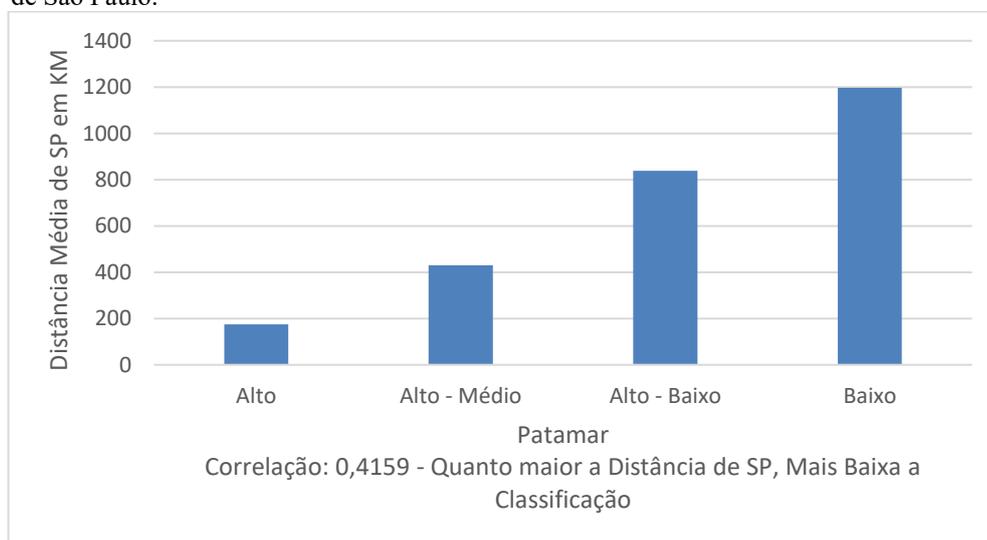
⁵ A UNIFEI, UFABC e a PUC-SP não tiveram classificações consistentes que permitiram classifica-las em um dos patamares.

- Instituições no Grupo Baixo, limite superior: são instituições que, quando o *ranking* é capaz de diferenciar mais patamares, destacam-se desse grupo para um patamar intermediário (instituições sublinhadas no quadro 1).

A distribuição das instituições em patamares não parece ser aleatória. As instituições mais bem classificadas parecem ser aquelas localizadas em grandes centros, que podem se beneficiar de economias de aglomeração por estarem próximas umas das outras e do centro dinâmico de produção do país. Além disso, também se levanta a hipótese de que sejam as instituições mais bem financiadas, possibilitando efeitos de escala sobre o investimento em pesquisa. Ambas as dimensões afetariam os indicadores de pesquisa considerados nos *rankings*, os *surveys* de reputação de mercado e de reputação acadêmica, causando um possível viés devido à influência excessiva dessas variáveis geográficas - e não as de qualidade e impacto, como os *rankings* se propõem, de fato, a captar - na avaliação nessas instituições conforme sugerido na literatura.

Isso pode ser corroborado por meio dos gráficos a seguir, em que analisaremos de forma descritiva duas hipóteses: i) a de que os *rankings* internacionais classificam com viés geográfico as instituições brasileiras devido ao *input* reputacional de mercado de trabalho; ii) a de que os *rankings* internacionais classificam com viés orçamentário as instituições brasileiras. O gráfico 1 apresenta a distância média para cada patamar entre a instituição classificada e a cidade de São Paulo.

Gráfico 1. Distância média para cada patamar entre a instituição classificada e a cidade de São Paulo.



Fonte: Elaboração Própria com base no QS e THE.

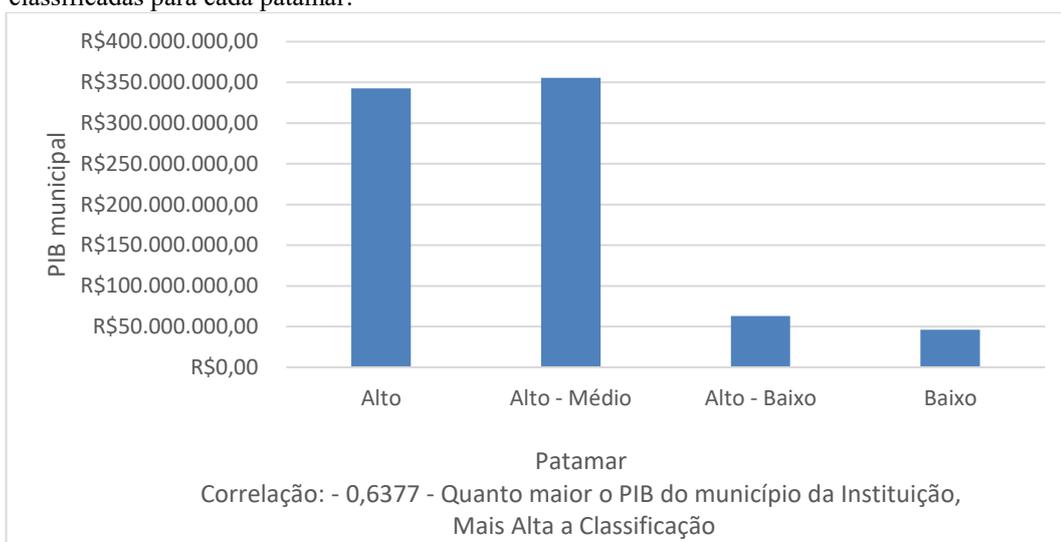
Observa-se que as instituições classificadas em patamares mais altos são aquelas que, na média estão mais próximas da cidade de São Paulo, onde há um mercado de trabalho mais dinâmico. Esse é o caso dos níveis Alto e Alto-Médio, para os quais a distância média é inferior a 500 km. Nos demais patamares a distância média já passa de 800 km, pois se trata, em geral de instituições ou no interior ou em outras capitais mais distantes. Observa-se ainda que há uma correlação positiva e moderada – de 0,4159⁶ – indicando que quanto maior a

⁶ A correlação é positiva pois foi atribuído valor 1 a 4 aos patamares Alto a Baixo nessa direção em todos os casos considerados aqui.

distância da cidade de São Paulo da instituição, mais baixa tende a ser a classificação dessa instituição.

Consideramos essas informações pois parte dos dados considerados nos *rankings* são frutos de *surveys* respondidos sobre a reputação dos egressos no mercado. Uma variável alternativa para captar a proximidade da instituição a mercados dinâmicos é considerar o PIB municipal de onde elas se localizam. Dessa forma, o gráfico 2 traz a média do PIB municipal a preços correntes no ano de 2015 para as instituições classificadas para cada patamar.

Gráfico 2: Média do PIB municipal a preços correntes no ano de 2015 para as instituições classificadas para cada patamar.

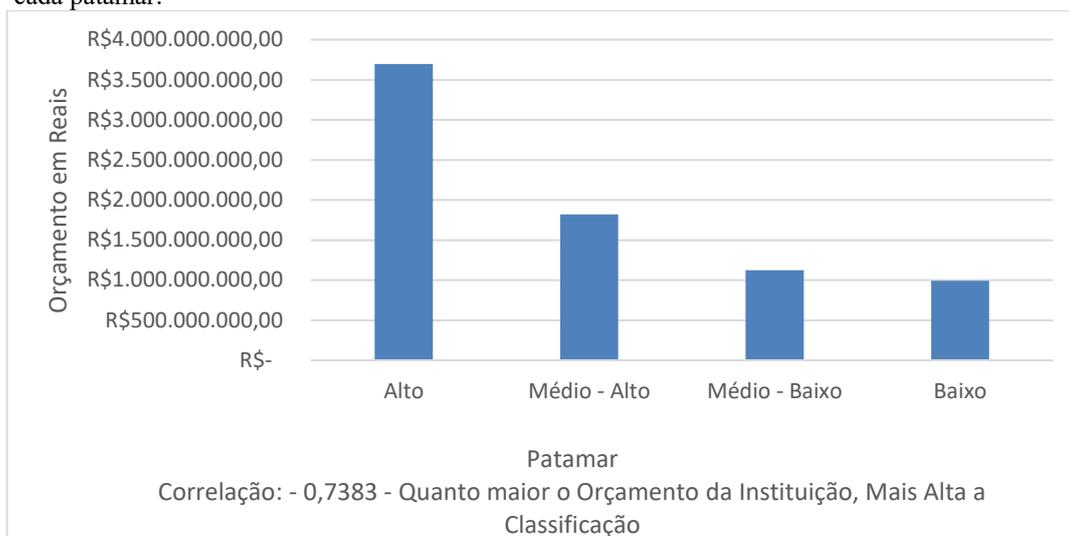


Fonte: Elaboração Própria com base no QS e THE.

Corroborando as informações do gráfico 1, o gráfico 2 mostra que quanto maior o PIB do município da instituição, mais alta tende a ser sua classificação nos rankings, de uma forma mais intensa que a distância de São Paulo – indicando que algumas cidades (possivelmente Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte) que mesmo distantes, mas com mercados locais de trabalho consideráveis também favorecem uma boa classificação – ou seja, tal informação não refuta nossa hipótese de que a localização geográfica contribui para uma boa localização nos rankings internacionais. O gráfico 3, por sua vez, mostra a média do orçamento de 2018 a valores correntes para as instituições classificadas para cada patamar⁷.

⁷ Devido a questões metodológicas, somente consideramos as instituições públicas nessa última comparação.

Gráfico 3: Média do orçamento de 2018 a valores correntes para as instituições classificadas para cada patamar.

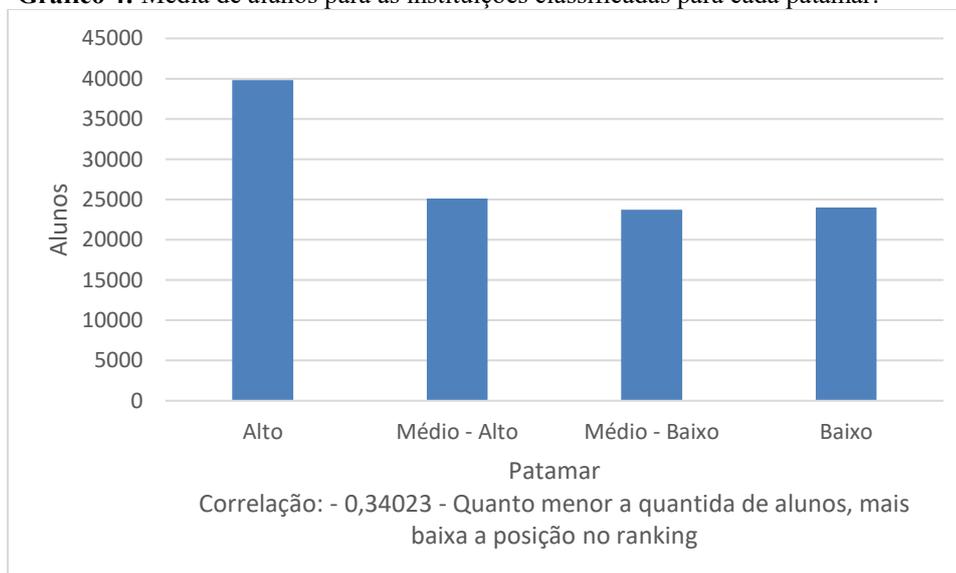


Fonte: Elaboração Própria com base no QS, THE e e LOA 2018.

Observa-se aqui uma correlação ainda mais forte: quanto maior o orçamento da instituição, mais alta tende a ser a sua classificação em rankings internacionais (-0,7383). Um maior orçamento pode viabilizar maiores investimentos em pesquisa, que muitas vezes se beneficiam de economias de escala e como discutido anteriormente, pesquisa é a principal variável explicativa de rankings internacionais.

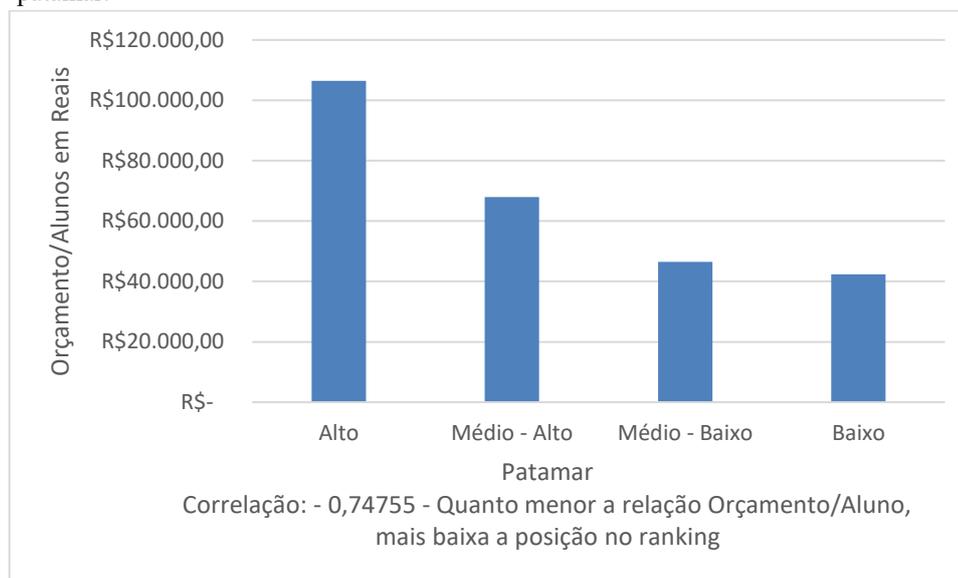
Para investigar melhor a relação entre orçamento e o financiamento da pesquisa, consideramos ainda o tamanho das universidades em termos do número de alunos – ou seja, verificamos se a distribuição das instituições brasileiras nos rankings não somente pelo seu orçamento, mas também pelo tamanho de seu corpo discente e pela proporção do seu orçamento frente a esse corpo discente para investigar se a hipótese de orçamento (dados seus possíveis) reflexos sobre indicadores de pesquisa) proporcionando um viés nas classificações poderia ser descartada no caso de instituições maiores. O gráfico 4 mostra a média de alunos para cada patamar enquanto o gráfico 5 traz a média da razão orçamento/aluno para cada patamar.

Gráfico 4: Média de alunos para as instituições classificadas para cada patamar.



Fonte: Elaboração Própria com base no Censo da Educação Superior 2015.

Gráfico 5: Média da razão orçamento/aluno para as instituições classificadas para cada patamar.



Fonte: Elaboração Própria com base no Censo da Educação Superior 2015 e LOA 2018.

Os gráficos 4 e 5 mostram que o viés orçamentário não pode ser descartado – que as instituições mais bem classificadas são aquelas que não só têm os maiores orçamentos, como as maiores proporções de orçamento por aluno, dado que a diferença de número de alunos por patamares é muito menor que sua diferença de orçamento, conforme evidenciado pela correlação mais fraca (-0,34 frente a -0,74).

É claro que a qualidade de uma instituição depende de variáveis que vão além de sua localização geográfica e seu orçamento. No entanto, dado o formato de construção dos *rankings* universitários internacionais, baseado em *surveys* reputacionais sobre o mercado de trabalho e com um viés intenso sobre atividade de pesquisa, distorções podem surgir. No caso de *surveys* reputacionais, problemas informacionais ocasionados pela localização dos principais mercados de trabalho (e provavelmente os respondentes desses *surveys*) podem prejudicar de forma desproporcional algumas universidades sem que isso seja, de fato, um problema de qualidade na formação de seu egresso. No caso de orçamento e pesquisa, dada a atividade multidimensional das universidades, universidades com menores orçamentos tendem a priorizar atividades de ensino, o que, mais uma vez, pode ser apenas um indicador de perfil e não necessariamente de qualidade se bem contextualizado. Inclusive, uma discussão mais aprofundada do que seria qualidade em um contexto como o brasileiro, considerando a missão histórica de nossas instituições e como ela é afetada por essas novas diretrizes de internacionalização é necessária e, atualmente, escassa.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar classificação das instituições brasileiras consideradas em dois dos principais rankings universitários internacionais: o *Qs University Ranking*, o *The Times Higher Education (THE)*. Considerou-se suas restrições metodológicas e como essas restrições afetaram a classificação dessas instituições nesses rankings. Percebeu-se como, principalmente no caso do QS, tais rankings ainda são incapazes de classificar instituições latino-americanas e, em especial, brasileiras de forma adequada.

Entre 2016 e 2019, 38 brasileiras foram classificadas no QS e no THE em sua versão global. Devido a essas restrições metodológicas, a classificação das instituições brasileiras assumiu a característica de patamares, variando de 3 a 5 patamares. Sugeriu-se que a classificação de uma instituição em um patamar mais alto dependia de sua proximidade com um mercado de trabalho dinâmico e um orçamento maior, indicando a dificuldade dos rankings de diferenciar de fato qualidade além dessas duas dimensões.

Analisou-se ainda como sua localização geográfica perto de mercados dinâmicos de trabalho e orçamentos maiores influenciavam uma boa classificação nesses rankings, sugerindo a presença de viés metodológico nessas classificações que dificultavam a real percepção sobre a qualidade dessas instituições.

REFERÊNCIAS

BERNASCONI, A. “Are Global Rankings Unfair to Latin American Universities?” *International Higher Education*, 72, 2013.

ÇAKIR, M., ALASEHIR, O. ACARTURK, C. e ÇILINGIR, C. “A Comparative Analysis of Global and National University Ranking Systems”, *Scientometrics*, 103, 3, pp. 813-848, Jun, 2015.

CHARON, A. e WAUTERS, J. “University Ranking: A New Tool for the Evaluation of Higher Education in Europe”, *Nephrology Dialysis Transplantation*, Vol. 23, Issue 1, pp. 62-64, Jan. 2008.

DEEM, R., MOK, Ka Ho e LUCAS, Lisa, “Transforming Higher Education in Whose Image? Exploring the Concept of the ‘World-Class’ University in Europe and Asia”, *Higher Education Policy*, Vol, 21, pp. 83-97, 2008.

DILL, D. e SOO. M. “Academic Quality, League Tables, and Public Policy: A Cross-National Analysis of University Rankings Systems” *Higher Education*, Vol. 49, no. 4, pp. 495-533, Jun, 2005.

GREWAL, R., DEARDEN, J. e LILIEN, G. “The University Rankings Game: Modeling the Competition among Universities for Ranking”, *The American Statistician*, Vol. 62, no. 3, pp. 232-237, Aug, 2008.

GRUPP H, Schubert T. Review and new evidence on composite innovation indicators for evaluating national performance. *Research Policy*. Feb 1;39(1):67-78, 2010.

HOU, Y. e JACOB, W. “What Contributes More to the Ranking of Higher Education Institutions? A Comparison of three World University Rankings” *The International Education Journal: Comparative Perspectives*, 16, 4, pp. 29-46, 2017.

KAYCHENG, S. “Multicollinearity and Indicator Redundancy Problem in World University Rankings: Na Example Using Times Higher Education World University Ranking 2013-2014 Data”, *Higher Education Quarterly*, 69, 2, pp. 158-174, 2015.

LIMA, M. e MARANHÃO, C. “O Sistema de Educação Superior Mundial: Entre a Internacionalização Ativa e Passiva” *Avaliação*, 14, 3, pp. 583-610, Nov. 2009.

MARGINSON, S. “University Rankings and Social Science”, *European Journal of Education*, 49, 1, pp. 45-59, 2014.

SCHMOCH U, SCHUBERT T. Are international co-publications an indicator for quality of scientific research?. *Scientometrics*. Mar 1;74(3):361-77, 2008.

SCHMOCH U, SCHUBERT T, JANSEN D, HEIDLER R, VON GÖRTZ R. How to use indicators to measure scientific performance: a balanced approach. *Research Evaluation*. Mar 1;19(1):2-18, 2010.

SCHUBERT, T e MICHELS, C. “Placing articles in the large publisher nations: Is there a “free lunch” in terms of higher impact?”, *Journal of the Association for Information Science and Technology*, Vol. 64, no. 3, 2013.

SCHUBERT, T., SOORYAMOORTHY, R. Can the centre–periphery model explain patterns of international scientific collaboration among threshold and industrialised countries? The case of South Africa and Germany. *Scientometrics*. Jul 21;83(1):181-203, 2009.

THAKUR, M. “The Impact of Ranking Systems on Higher Education and its Stakeholders”, *Journal of Institutional Research*, vol. 13, no. 1, pp. 83-96, 2007.

VAN VUGHT, F. e ZIEGELE, F (eds.), “U-Multirank: Design and Testing the Feasibility of a Multidimensional Global University Ranking – Final Report”, Consortium for Higher Education and Research Performance Assessment, June, 2011.